

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DA SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS COLABORADORES DA UFDPar

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-190>

Data de submissão: 12/04/2025

Data de publicação: 12/05/2025

Giovanna Rodrigues Neves

Acadêmica no Curso de Bacharelado em Administração
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar
E-mail: rodriguesgiovanna2575@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5956076075545611>

Rayanne Araujo Lira

Acadêmica no Curso de Bacharelado em Administração
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar
E-mail: rayannelira5@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9348296413856154>

Mara Águida Porfírio Moura

Professora Orientadora do Curso de Bacharelado em Administração
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar
E-mail: maraaguida@ufdpar.edu.br
LATTEs: <http://lattes.cnpq.br/0188056551085185>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1608-2683>

RESUMO

Este estudo visa analisar e compreender as propostas de capacitação e sensibilização dos servidores da Universidade Federal do Delta do Parnaíba para a execução do Plano de Logística Sustentável. A pesquisa é relevante por analisar a integração da sustentabilidade na gestão UFDPar, analisando a aplicação da A3P e do PLS na instituição, além de promover reflexões sobre a sensibilização e capacitação de servidores, fortalecendo uma cultura de sustentabilidade. Utilizando uma metodologia qualitativa, exploratória e descritiva, baseada na revisão bibliográfica e documental, foi investigado o PLS da universidade. Os resultados indicam que as estratégias propostas estão direcionadas para a construção de uma cultura de sustentabilidade, apesar de enfrentarem desafios como a resistência à mudança e limitações financeiras. Conclui-se que a implementação das ações do PLS contribui significativamente para a conscientização e capacitação institucional, promovendo práticas socioambientais na gestão pública.

Palavras-chave: PLS. Gestão Pública. Agenda Ambiental. Capacitação.

1 INTRODUÇÃO

A educação ambiental visa promover reflexões na sociedade ou grupo, com o objetivo de resgatar valores e criar uma nova identidade no indivíduo, formando-o como um agente ativo de conscientização ambiental, capaz de formar opinião e não apenas seguir regras (Da-Silva-Rosa et al, 2015). Dessa forma, busca-se não apenas transmitir conhecimentos sobre questões ambientais, mas também transformar atitudes e comportamentos, capacitando os indivíduos a se tornarem multiplicadores de ações que contribuem para a preservação e a melhoria da qualidade de vida no planeta.

No contexto atual, marcado por alterações climáticas aceleradas e a crescente pressão sobre os recursos naturais, tornam-se imprescindíveis abordagens de gestão focadas não só na redução da poluição gerada e economia de energia e água, como também na conscientização e sensibilização dos colaboradores e comunidade quanto ao papel individual e coletivo na preservação do meio ambiente. O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) nas organizações públicas federais atua como uma ferramenta essencial para promover a transparência, alinhando-se às perspectivas estabelecidas para a avaliação e monitoramento das atividades realizadas (Barros et al, 2021).

A incorporação de práticas e ferramentas ambientais na gestão tem se intensificado de maneira significativa nas organizações públicas (Tapia et al., 2019), o que exige regulamentações formais, bem como o engajamento e a capacitação dos servidores públicos. Nesse cenário, iniciativas como a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e o Plano de Logística Sustentável (PLS) surgem como ferramentas estratégicas, com o objetivo de integrar a sustentabilidade nos processos administrativos e operacionais dos órgãos públicos, incluindo a sensibilização e capacitação dos servidores para a adoção de práticas mais responsáveis.

A partir disso, formula-se a seguinte questão de pesquisa: Quais estratégias de implementação, segundo os eixos da A3P, podem contribuir para a capacitação no PLS? Para respondê-la, este estudo descreve e analisa as atividades voltadas para a capacitação e sensibilização dos servidores e comunidade acadêmica da UFDPar quanto à conscientização ambiental, conforme delineado no Plano de Logística Sustentável.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo verificar a implementação da A3P na sensibilização e capacitação dos servidores da UFDPar para a execução do Plano de Logística Sustentável, sob a ótica dos discentes. Busca-se ainda apresentar, de forma clara, as medidas propostas pela universidade, permitindo que acadêmicos interessados obtenham uma visão preliminar sobre o tema e incentivem o desenvolvimento de estudos mais aprofundados na área. A justificativa para este trabalho se fundamenta na necessidade de aprofundar pesquisas e análises sobre a implementação de práticas

sustentáveis na administração pública, como a A3P e o PLS, destacando sua importância para a sensibilização e capacitação dos servidores. Tal abordagem é essencial para fortalecer a cultura de sustentabilidade nas instituições públicas, contribuindo para a formação de agentes multiplicadores e promovendo uma gestão mais eficiente e ambientalmente responsável.

O artigo está organizado em cinco seções: começa com uma introdução concisa, seguida pela apresentação dos principais marcos teóricos na seção 2. Na seção 3, são descritos os procedimentos metodológicos, seguidos pela análise e interpretação dos resultados na seção 4. Por fim, as conclusões do trabalho são expostas na seção 5.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO (A3P)

Segundo o portal oficial da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), a mesma é um programa do Ministério do Meio Ambiente que visa incentivar os órgãos públicos a adotarem práticas sustentáveis. A implementação da A3P reflete o compromisso do órgão com a eficiência na gestão pública, ao mesmo tempo em que promove a preservação ambiental. Ao seguir as diretrizes da Agenda, o órgão contribui para a proteção do meio ambiente e, consequentemente, reduz seus custos operacionais. Nesse contexto, a A3P é um plano do governo federal para promover uma nova cultura institucional, integrando critérios socioambientais (Brasil, 2024).

Consequentemente, o programa contém uma estrutura em seis Eixos temáticos, que constam na Lei nº 13.844, Art. 2º, estes sendo: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; Gestão de resíduos gerados; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização e capacitação dos servidores; Compras públicas sustentáveis; Construções sustentáveis, visando diminuir impactos negativos. A A3P tem como objetivo promover uma cultura de responsabilidade socioambiental na administração pública. Para isso, a iniciativa se baseia em seis Eixos Temáticos prioritários, fundamentados na política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar produtos que causem impactos socioambientais negativos (Decreto nº 9.672, Art. 2º).

A A3P é apresentada como uma ferramenta normativa e orientadora para a inserção de práticas sustentáveis na administração pública, conforme previsto no Decreto nº 9.672/2019, que estabelece seus seis eixos temáticos prioritários. Esses eixos, que abrangem desde o uso racional dos recursos naturais até as construções sustentáveis, fornecem um referencial técnico e metodológico para que os órgãos públicos alinhem suas atividades aos princípios da sustentabilidade. A estruturação da A3P como um programa do Ministério do Meio Ambiente permite que sua aplicação seja adaptável às

realidades dos diferentes entes públicos, promovendo a integração de critérios socioambientais nas operações diárias e na formulação de políticas públicas.

2.2 A POLÍTICA DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)

Segundo a Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, o Plano de Logística Sustentável (PLS) surge como um instrumento de governança que assegura que haja condições de atingir as metas nas contratações públicas, além de definir estratégias para as contratações e a logística dentro do órgão ou entidade, levando em conta os aspectos econômico, social, ambiental e cultural. A fim de promover uma gestão eficiente e ambientalmente responsável dos recursos institucionais, alinhando-se com as diretrizes de sustentabilidade estabelecidas pelo governo federal e pela Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Sendo necessária a acessibilidade ao público de forma a manter a transparência quanto a gestão dos recursos e contratações públicas (Lei 8.666/ 1993).

Desse modo, um PLS deve conter como conteúdo mínimo, conforme o decreto nº 7.746/2012, 4 tópicos principais (atualização do inventário, definição de práticas sustentáveis, definição da metodologia, responsabilidades e avaliação do plano e medidas para a capacitação dos servidores e comunidade).

À princípio uma atualização do inventário de modo a identificar bens e materiais similares com um menor impacto ambiental para substituição, uma vez que a crescente conscientização ambiental e regulamentações mais rígidas impulsionam a demanda por materiais recicláveis, biodegradáveis e sustentáveis. (Nejeliski et al. apud Faruk et al., 2012). Em seguida, a definição de práticas sustentáveis e racionais do uso de materiais e serviços, que podem incluir energia elétrica, material de consumo, água, coleta seletiva, transporte interno e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Não obstante, a metodologia de implementação, responsabilidades e modo avaliação do plano bem definidos garantem a melhoria contínuo e rápida resolução de eventuais problemas que possam surgir. Por fim, é fundamental o desenvolvimento preciso de ações de divulgação, conscientização e capacitação permitem a construção de uma cultura e consciência mais sustentável na entidade (Ribeiro et al., 2018).

Para tanto, a gestão ambiental no setor público assume um papel crucial, não apenas pela necessidade de conformidade com a legislação, mas também pela responsabilidade de servir como modelo de boas práticas para a sociedade. Desta forma, deve-se estimular o engajamento dos servidores públicos, através da consciência de sua responsabilidade social, ambiental, econômica, visando alcançar soluções com foco na sustentabilidade (Maruyama, Trigo e Trigo, 2022).

2.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA (UFDPAR)

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) tem suas origens no Campus Ministro Reis Velloso (CMRV), que remonta à criação da Faculdade de Administração do Piauí, em 1969. Inicialmente mantida pela Fundação Educacional de Parnaíba, a faculdade foi integrada à Universidade Federal do Piauí (UFPI) em 1971. Ao longo dos anos, o campus expandiu sua infraestrutura e oferta de cursos, tornando-se um polo de referência em ensino superior na região. Em 11 de abril de 2018 pela Lei n.º 13.651, a UFDPar foi oficialmente criada por desmembramento da UFPI, consolidando sua independência administrativa e acadêmica.

A Universidade representa um investimento importante na educação superior brasileira e um marco para o desenvolvimento da região do Delta do Parnaíba. As instituições de ensino superior contribuemativamente para o desenvolvimento regional ao buscarem soluções para os desafios e problemas específicos de suas comunidades (Rolim e Serra, 2009). A UFDPar, por meio de seus projetos de pesquisa e extensão, tem se dedicado a atender às demandas da região, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Para atingir os objetivos estabelecidos nesta pesquisa, optou-se por uma análise exploratória, que tem como objetivo aprimorar os dados coletados e refinar as hipóteses formuladas (Piovesan, 1995), e descritiva de modo a acrescer informações sobre o tema pesquisado (Cordeiro et al, 2023 apud Qualybest, 2020). Por meio de uma abordagem qualitativa fundamentada em fontes documentais e bibliográficas, permitindo uma visão ampla sobre o tema e servindo como uma base sólida e diversificada de informações (Marçal, 2014).

Desse modo, a estrutura do estudo foi formada pelo Plano de Logística Sustentável da UFDPar, de modo mais preciso, o tópico referente às medidas propostas para a sensibilização e capacitação dos colaboradores.

A princípio, a coleta de dados teve como origem a plataforma digital oficial da instituição (<https://ufdpar.edu.br/>), adentrado o menu Reitoria, foi possível localizar as resoluções aprovadas pelo Conselho Universitário (CONSUNI) em 2024. Dentre elas, o Plano de Logística Sustentável, aprovado conforme a Resolução CONSUNI N° 87, em 13 de setembro de 2024.

A pesquisa foi composta em 3 fases: No primeiro momento, foi selecionado o documento PLS, no segundo foram identificadas as resoluções que tratam do eixo de sensibilização e capacitação para a adesão do documento e por fim os dados extraídos foram organizados em quadros distintos, de modo a expor de forma simplificada o Objetivo, a Ação e os Riscos Envolvidos de cada meta.

Em seguida, foram analisadas atividade por atividade afim de avaliar como podem contribuir para a capacitação e sensibilização dos servidores e comunidade acadêmica da UFDPar quanto a execução do PLS. De modo a gerar novos conhecimentos sobre este tema em específico que podem ser investigados em estudos quantitativos no futuro (Ferro e Rejowski, 2020 apud Veal, 2011).

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

4.1 ANÁLISE DOS DADOS

O PLS da UFDPar contempla metas e ações para os 6 objetivos principais da A3P: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; Gestão de resíduos gerados; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização e capacitação dos servidores; Compras públicas sustentáveis; Construções sustentáveis (Brasil, 2020).

No que tange ao objetivo de Sensibilização e Capacitação dos servidores e comunidade acadêmica, foram identificadas 5 ações, contendo de forma clara a definição do objetivo, meta (contendo o indicador para avaliação de sucesso), ação (contendo os responsáveis e o prazo de execução), recursos necessários e os riscos envolvidos. Expostas de forma simplificada, em quadros distintos, a seguir:

O Quadro 1 trata da ação voltada exclusivamente aos servidores envolvidos nos processos de licitação, utilizando da capacitação sobre práticas e critérios sobre sustentabilidade.

Quadro 1: Distribuição simplificada das ações propostas no PLS no eixo de Sensibilização e Capacitação.

DIRETRIZ ESTRATEGICA	OBJETIVO	AÇÃO	RISCOS
Capacitar os servidores envolvidos em processos de licitações e compras públicas sobre práticas e critérios de sustentabilidade	Capacitar os servidores que se envolvem em licitações.	Articular com a gestão da universidade a promoção de cursos de capacitação com, no mínimo, 10 vagas.	Baixo orçamento para treinamentos e capacitação dos servidores.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos PLS da UFDPar, 2024.

As licitações sustentáveis buscam garantir que a Administração Pública selecione a proposta mais vantajosa, respeitando os padrões de qualidade socioambiental nas aquisições, serviços ou obras (Aguiar e Vieira, 2013 apud Terra et al., 2011). Logo, a diretriz estratégica exposta no Quadro 1 visa capacitar 50% dos servidores da DA/PRAD envolvidos em processos de licitações e compras públicas sobre práticas e critérios de sustentabilidade, promovendo um curso com no mínimo 10 vagas. O objetivo é assegurar que os servidores adquiram conhecimentos sobre boas práticas sustentáveis, utilizando um indicador que relaciona o número de capacitados ao total de servidores da área. A ação será articulada entre as gestões PRAD, PROGEP e PROPLAN, com prazo inicial em outubro de 2024 e término em setembro de 2025. No entanto, a iniciativa enfrenta o risco de um orçamento insuficiente.

O Quadro 2 traz a proposta alinhada à sensibilização da redução de resíduos sólidos, mais especificamente, copos plásticos. Por meio do incentivo ao uso de canecas ou garrafas próprias.

Quadro 2: Distribuição simplificada das ações propostas no PLS no eixo de Sensibilização e Capacitação.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA	OBJETIVO	AÇÃO	RISCOS
PROMOVER EDUCAÇÃO E CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA	Reducir o consumo de copos descartáveis.	CAMPANHA: PENSA BEM, VAI PEGAR MAIS UM? Se você utilizar dois copos descartáveis por dia, terá consumido, em média, cerca de 480 unidades de copos por anos. CAMPANHA COPO ZERO: Servidor adote sua caneca e contribua para o meio ambiente, saúde e com a maior economicidade nos gastos públicos.	Resistência à mudança por parte da comunidade acadêmica.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos PLS da UFDPar, 2024.

O Quadro 2 expõe de forma simplificada a diretriz voltada à promoção da educação e da consciência socioambiental na comunidade universitária a respeito do consumo de lixo, com o objetivo de reduzir em 50% o consumo de copos descartáveis. Para isso, foram idealizadas duas campanhas: "Pensa Bem, Vai Pegar Mais Um?" e "Copo Zero". Incentivando os servidores a adotarem suas canecas e consumir menos copos descartáveis. O progresso será monitorado por meio de um indicador que compara a quantidade de copos consumidos em 2024 e 2025, com a responsabilidade das ações sendo atribuída à PRAD, PROGEP e PROTIC. Havendo como risco a resistência à mudança por parte da comunidade acadêmica.

O Quadro 3 compila duas atividades. Embora ambas tratem da conscientização por meio de campanhas e eventos à toda a comunidade acadêmica, a primeira visa ocorrer de forma semestral, exclusivamente com campanhas, e a segunda de forma anual, reforçando a inclusão da educação ambiental nos currículos conforme normas vigentes e a divulgação das ações de conscientização socioambiental empreendidas.

Quadro 3: Distribuição simplificada das ações propostas no PLS no eixo de Sensibilização e Capacitação.

DIRETRIZ ESTRATEGICA	OBJETIVO	AÇÃO	RISCOS
PROMOVER EDUCAÇÃO E CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA	Aumentar a conscientização socioambiental na comunidade acadêmica da UFDPar.	Organizar campanhas de conscientização sobre temas socioambientais.	Baixa adesão da comunidade acadêmica nas ações; Insuficiência orçamentária para execução das ações.
PROMOVER EDUCAÇÃO E CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA	Implementar ações de conscientização socioambiental na comunidade acadêmica da UFDPar.	Organizar seminários e campanhas sobre os temas socioambientais; Reforçar o cumprimento da inclusão da educação ambiental nos currículos conforme normas vigentes; Criar uma página no portal da UFDPar para	Baixa participação da comunidade acadêmica nos eventos; Custos para a realização de eventos e desenvolvimento do portal.

		divulgação das ações de conscientização socioambiental empreendidas na instituição.	
--	--	---	--

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos PLS da UFDPar, 2024.

Os sistemas de ensino devem garantir que as instituições educacionais sejam espaços sustentáveis, educando para a sustentabilidade socioambiental e integrando currículos, gestão e infraestrutura, servindo como referência para a comunidade (Brasil, 2012). Portanto o Quadro 3 evidencia duas diretrizes voltadas diretamente à promoção da educação e da consciência socioambiental na comunidade universitária. A primeira meta é realizar pelo menos duas ações de educação socioambiental por semestre, os principais recursos necessários incluem uma equipe de servidores e terceirizados. A segunda meta é realizar uma campanha anual de sensibilização socioambiental, com seminários, campanhas de conscientização, inclusão da educação ambiental nos currículos e criação de uma página no portal da UFDPar para divulgar essas iniciativas. Ambas são de responsabilidade de diversas reitorias, têm como principal indicador o número de eventos realizados e os riscos envolvidos se trata da baixa adesão da comunidade acadêmica e o orçamento insuficiente.

O Quadro 4 expõe a medida que busca estimular o enfoque à educação e consciência socioambiental nos projetos de extensão, através da atribuição de pontuações extras na avaliação de projetos e programas inscritos na PREX (Pró Reitoria de Extensão) que contemplem essas práticas.

Quadro 4: Distribuição simplificada das ações propostas no PLS no eixo de Sensibilização e Capacitação.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA	OBJETIVO	AÇÃO	RISCOS
PROMOVER EDUCAÇÃO E CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA	Estimular por meio dos editais que as ações de extensão tenham um enfoque de incentivo à educação e consciência socioambiental.	Atribuir uma pontuação extra na avaliação dos programas e projetos que concorrerem aos editais da PREX destinada à programação e projetos que incluam ações de educação ou e consciência socioambiental.	Dificuldade dos coordenadores de ações de extensão de inserirem os aspectos socioambientais no escopo das duas ações.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos PLS da UFDPar, 2024.

A diretriz estratégica do PLS da UFDPar exposta no Quadro 4 pretende incentivar, por meio dos editais de extensão, a inclusão de ações voltadas à educação e a conscientização socioambiental, oferecendo uma pontuação extra a projetos que adotem práticas sustentáveis. Uma vez eles fomentam a pesquisa, interdisciplinaridade e conexão com a comunidade, integrando teoria e prática e promovendo aprendizado colaborativo sobre os problemas socioambientais atuais (Lima e Torres, 2021). Essa medida tem como objetivo incentivar coordenadores a inserir a temática ambiental em suas propostas. No entanto, foi identificado o desafio da dificuldade de alguns coordenadores em

integrar esses aspectos socioambientais, devido a falta de experiência ou conhecimento, o que pode limitar a adesão à diretriz.

4.2 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Com base na análise das diretrizes e ações propostas no Plano Diretório de Logística Sustentável (PLS) da UFDPar, nota-se que as iniciativas voltadas à sensibilização e capacitação dos colaboradores e da comunidade acadêmica estão alinhadas às metas da A3P e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 12, que trata da promoção de padrões sustentáveis de consumo e produção. As ações propostas, como a capacitação dos servidores e as campanhas de conscientização, revelam o compromisso institucional com a inserção de práticas socioambientais nas rotinas da universidade.

No que tange à capacitação dos servidores envolvidos em licitações, verificou-se que essa meta pode resultar em uma melhoria significativa na gestão de licitações e compras públicas, promovendo a adoção de critérios mais conscientes e eficientes. A aplicação de boas práticas sustentáveis desde as licitações demonstra a preocupação em reduzir o impacto ambiental das aquisições e inspirar uma cultura organizacional mais responsável e engajada. No entanto, além dos desafios como a resistência à mudança e a limitação de recursos para o desenvolvimento dos cursos, se faz necessária a mensuração da aplicação dos conhecimentos adquiridos em suas atividades diárias e a garantia de horários adequados para que os servidores participem da ação.

O hábito é um comportamento que se desenvolve através da repetição em um ambiente consistente, tornando-se automático e exigindo pouca ou nenhuma reflexão consciente por parte da pessoa (Cristo & Gunter, 2016 apud Verplanken & Aarts, 1999). A campanha proposta para a redução do consumo de copos descartáveis não apenas incentiva o uso de canecas pessoais, mas também visa transformar um comportamento enraizado no cotidiano dos servidores, construindo um hábito automático através da repetição. Os benefícios dessa ação incluem a diminuição do desperdício e a conscientização sobre a importância da sustentabilidade, além de estimular uma cultura de responsabilidade ambiental. Contudo, hábitos consolidados são difíceis de alterar. Para superar esse obstáculo, é essencial promover um engajamento contínuo a partir da divulgação regular e reduzir a disponibilidade de copos descartáveis.

As propostas de realização de campanhas e seminários são fundamentais para ampliar o conhecimento sobre sustentabilidade entre a comunidade acadêmica. Essas ações estão alinhadas às diretrizes da A3P e aos ODS, especialmente no que se refere à educação ambiental. No entanto, a baixa adesão às atividades e as limitações orçamentárias representam riscos significativos para a efetividade

das metas. Para mitigar esses desafios, será necessário adotar estratégias mais atrativas para os participantes e buscar fontes adicionais de financiamento, garantindo maior engajamento e continuidade das iniciativas.

Ademais, a inserção de critérios de sustentabilidade nos editais de extensão pode fortalecer a conscientização ambiental nos projetos desenvolvidos pela UFDPar. Essa estratégia incentiva o desenvolvimento de programas mais alinhados aos princípios da A3P e ao ODS 12. Contudo, a dificuldade de alguns coordenadores em inserir aspectos socioambientais pode comprometer a implementação efetiva. Para superar esse obstáculo, é importante oferecer capacitação adequada e promover a troca de experiências entre os coordenadores, garantindo que as ações de extensão estejam em sintonia com os objetivos de sustentabilidade da instituição.

A partir da pergunta norteadora, verificou-se que as estratégias de implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS), alinhadas aos eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), têm o potencial de fortalecer a capacitação dos servidores e da comunidade acadêmica da UFDPar. Por meio de eventos educativos sobre o uso racional de recursos e a gestão de resíduos, busca-se sensibilizar os participantes para práticas sustentáveis no cotidiano. A capacitação contínua em compras públicas e construções sustentáveis assegura que aquisições e projetos respeitem critérios socioambientais, enquanto a inclusão de ações voltadas à educação ambiental nos editais de extensão incentiva uma abordagem interdisciplinar e prática. Essas estratégias, ao promoverem a conscientização e o engajamento, consolidam a sustentabilidade como um valor central na instituição e garantem a efetividade das ações propostas pelo PLS.

5 CONCLUSÃO

A análise do Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFDPar revelou que as estratégias propostas, alinhadas aos eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), têm o potencial de promover avanços significativos na conscientização e capacitação institucional para práticas sustentáveis. No entanto, a pesquisa evidenciou que o alcance dessas metas exige mais do que o planejamento estruturado. Desafios como a resistência à mudança e a limitação de recursos apontam para a necessidade de engajamento mais amplo e contínuo, envolvendo toda a comunidade acadêmica.

Mais do que uma ferramenta de gestão, o PLS da UFDPar representa um compromisso com a sustentabilidade no setor público, contribuindo para a construção de um modelo que alia eficiência administrativa e responsabilidade socioambiental. Este estudo reforça a importância de integrar ações educativas e estratégias participativas para superar barreiras e consolidar práticas que gerem impacto real e duradouro.

Os resultados obtidos ressaltam não apenas o papel estratégico da capacitação e sensibilização no cumprimento das metas do PLS, mas também a relevância de pesquisas futuras que aprofundem o entendimento sobre a implementação dessas ações, ampliando sua aplicabilidade e eficácia em outros contextos institucionais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcelo; VIEIRA, Cristiano. Licitações públicas: os desafios da sustentabilidade ambiental. Enciclopédia Biosfera, [S.I.], v. 9, n. 16, p. [intervalo de páginas não especificado], 2013.

BRASIL. Aderir ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P. Portal Gov.br, Brasília, set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/agenda-ambiental-na-administracao-publica-a3p>. Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P. Portal Gov.br, Brasília, set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/gestao-ambiental-e-sustentabilidade/agenda-ambiental-na-administracao-publica-a3p>. Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CONSUNI nº 87, de 13 de setembro de 2024. [S.I.]: [s.n.], 2024.

BRASIL. Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018. Cria a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR), por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regula as licitações e contratos administrativos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília: MEC/CNE, 2012.

BRASIL. Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020. Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes. [S.I.]: [s.n.], 2020.

BRASIL. Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021. Estabelece diretrizes e procedimentos para a gestão de contratações públicas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2021. Seção 1, p. 5.

BRASIL. Portal A3P. Portal A3P, Brasília, set. 2024. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2024.

CORDEIRO, Flávia de Nazaré Cardoso dos Santos et al. Estudos descritivos exploratórios qualitativos: um estudo bibliométrico. Brazilian Journal of Health Review, [S.I.], v. 6, n. 3, p. 11670-11681, set. 2023. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv6n3-259>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/60412>. Acesso em: 26 set. 2024.

CRISTO, Fabiana de; GÜNTHER, Hartmut. Como medir o hábito? Evidências de validade de um índice de autorrelato. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 32, n. 2, p. e322224, abr./jun. 2016.

FERRO, Rafael Cunha; REJOWSKI, Mirian. Metodologia da pesquisa em gastronomia no campo científico do turismo. Rosa dos Ventos: Turismo e Hospitalidade, [S.I.], v. 12, n. 3, p. 463-483, set. 2020.

LIMA, Giselle Ferreira da Costa; TORRES, Mariana Bandeira Ramos. Uma educação para o fim do mundo? Os desafios socioambientais contemporâneos e o papel da Educação Ambiental em contextos escolarizados. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, p. e77819, jan./dez. 2021.

MARÇAL, Margarete; MARCONSIN, Mirian; XAVIER, Juliana; SILVEIRA, Luciana; ALVES, Valéria Heidrich; LEMOS, Adriana. Análise dos projetos pedagógicos de cursos de graduação em Enfermagem. *Revista Baiana de Enfermagem*, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 1-10, abr./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.18471/rbe.v28i2.10027>.

MARUYAMA, Úrsula; TRIGO, Aline Monteiro Guimarães; TRIGO, José Aires. Governança ambiental: transparência e efetividade de práticas sustentáveis em IES. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. e5922, maio 2022.

PIOVESAN, Angela; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 318-325, ago. 1995.

RIBEIRO, Milena Missiano Comeron et al. Práticas de divulgação, conscientização e capacitação para a sustentabilidade: uma proposta para as universidades federais brasileiras. *Revista de Administração IMED*, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 146-168, ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.18256/2237-7956.2018.v8i1.2138>. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/raimed/article/view/2138/1742>. Acesso em: 17 set. 2024.

ROLIM, Cassiano; SERRA, Maurício. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: o caso da Região Norte do Paraná. *Revista de Economia*, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 87-102, mar. 2009.

TAPIA, Mireya Palavecinos; FERNÁNDEZ, Daniel Henríquez; MORANTA, Bartomeu Vidal. Práticas de gestão ambiental na administração pública brasileira. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 1-20, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA. Sobre nós. Universidade Federal do Delta do Parnaíba, [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://ufdpar.edu.br/ufdpar/paginas/sobre-nos>. Acesso em: 17 set. 2024.